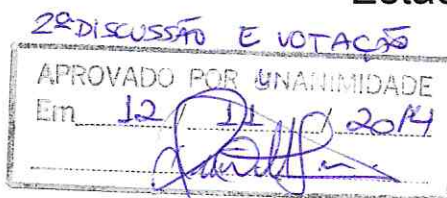
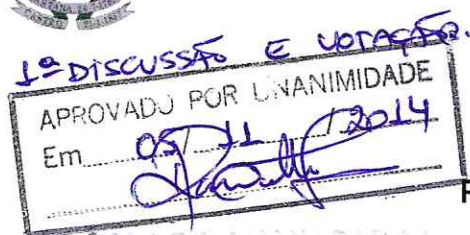




# Prefeitura Municipal de Castro

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 167/2014.

Protocolado nº 581  
Em 21 de 10 de 2014  
As 16:30 [Signature]

**Súmula:** Autoriza a alienação de veículo do Patrimônio do Município e dá outras providências.

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, através de Leilão Público, o seguinte veículo inservível ao serviço público, adquirido para uso do Conselho Tutelar com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência do Paraná – FIA/PR.

Nº	Placa	Descrição	Ano Fabricação e Modelo	Renavan	Avaliação R\$
128	AKR-4614	VW/Kombi	2002/2003	79.653362-8	4.051,08

**Art. 2º** O valor mínimo de alienação deverá atender à avaliação da Comissão Municipal de Reavaliação Patrimonial, que passa a integrar esta lei.

**Art. 3º** Os recursos obtidos com a alienação serão revertidos em sua totalidade para aquisição de equipamentos para o Conselho Tutelar.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, 21 de outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO

Afixado em Mural

De 21 / 10 / 2014

Até 14 / 11 / 2014

[Signature]

REINALDO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

[Signature]



# Prefeitura Municipal de Castro

## **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE VEÍCULO DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa à alienação através de leilão público de veículo, marca VW Kombi, de uso do Conselho Tutelar, adquirido com recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR.

Conforme laudo da Comissão de Reavaliação do Patrimônio Público, o custo de sua recuperação seria maior do que o seu valor de mercado, tornando-se portanto antieconômica sua reforma, de modo que o bem é inservível.

Deve-se salientar que, uma vez adquirido com recursos do FIA/PR, o produto da alienação deverá ser aplicado na área da Criança e do Adolescente, nos termos das resoluções nº 226/2010 e 369/2008 do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, de modo que se justifica o artigo 3º do projeto.

Assim, encaminha-se a presente proposição, aguardando-se a sua aprovação na forma que se apresenta.

Castro, 21 de outubro de 2014.

  
**REINALDO CARDOSO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Castro

CMRP – Comissão Municipal de Reavaliação Patrimonial


## LAUDO DE AVALIAÇÃO


A Comissão Municipal de Reavaliação Patrimonial, nomeada através do Decreto Municipal sob nº 844/2012, e no uso de suas atribuições em conformidade que regulamenta as ações de controle de bens moveis patrimoniais do Município de Castro, Decreto Municipal nº 281/2009, reuniu-se e concordou com as seguintes avaliações :


Nº	PLACA	DESCRIÇÃO	RENAVA	VALOR
128	AKR-4614	VW/KOMBI	796533628	R\$ 4.051,08

Segue em anexo tabela de avaliação de veículos junto com descrição dos mesmos , cotações da tabela FIPE.

Castro, 03 de junho de 2014.

  
**Anderson Itamar Schmidke**  
Presidente da Comissão  
Matrícula 1918-6

  
**Vinícius Parizotto Gustman**  
Membro  
Matrícula nº 8438

  
**Sérgio L. De Souza**  
Membro  
Matrícula nº 899.0



# MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PR  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 010210176480

VIA 1 CÔD. RENAVAM 79.653362-8 R.N.T.R.C. \*\*\*\*\* EXERCÍCIO 2012

NOME  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO

CPF / CNPJ 77.001.311/0001-08 PLACA AKR-4614

PLACA ANT./UP \*\*\*\*\* CHASSI 9BWGB07X33P008669

ESPECIE TIPO MTS/CAMIONETA COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO VW/KOMBI ANO FAB. 2002 ANO MOD. 2003

CAP / POT / CIL 9P/ 1.00T/58CV CATEGORIA OFICIAL COR PREDOMINANTE BRANCA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS  
IPVA 2012 IMUNE 1\*\*\*\*\*  
FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2\*\*\*\*\*  
A \*\*\*\*\* 3\*\*\*\*\*

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO  
SEGURO 2012 QUITADO

OBSERVAÇÕES  
MOTOR UGA092339  
SEM RESERVA

LOCAL CASTRO, 25/10/12 DATA 19/12/02

EXPEDIDOR

275261

AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PR Nº 010210176480 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2012

CPF / CNPJ 77.001.311/0001-08 PLACA AKR-4614

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PR Nº 010210176480 EXERCÍCIO 2012 DATA EMISSÃO 25/10/12

VIA 1 CPF / CNPJ 77.001.311/0001-08 PLACA AKR-4614

RENAVAM 79.653362-8 MARCA / MODELO VW/KOMBI

ANO FAB. 2002 CAT. TARIF. 01 Nº CHASSI 9BWGB07X33P008669

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 43,48 DENATRAM (R\$) 4,83 CUSTO DO SEGURO (R\$) 0,00

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,00 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$) 100,78

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 22/10/12

Seguradora Líder dos Consórcios  
do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 69.246.808/0001-04

015860

OUT/2012

4

# AValiação de Preço de Veículo para Declaração de Inservível

MARCA/MODELO =		VW/ KOMBI		NUMERO VEICULO =		128	
PLACA =		AKR-4614					
ANO=		2002/2003					
KM =		275.261					
Valor de mercado =		R\$ 15.004,00					
PERCENTUAIS				AVALIAÇÃO		CUSTO DE	
				R\$		RECUPERAÇÃO	
MECÂNICA	MOTOR 30%	Funciona	0	X	30%	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00
		Não funciona	1		15%	R\$ 2.250,60	
		Desmontado	0		10%	R\$ 0,00	
	CAIXA 15%	Funciona	0	X	15%	R\$ 0,00	R\$ 800,00
		Não funciona	1		7%	R\$ 1.050,28	
		Desmontada	0		2%	R\$ 0,00	
	DEMAIS PARTES 10%	Funciona	0	X	10%	R\$ 0,00	R\$ 1.500,00
		Não funcionam	1		5%	R\$ 750,20	
		Desmontadas	0		2%	R\$ 0,00	
	ESTRUTURA	LATARIA 30%	Boa	0		30%	R\$ 0,00
Razoável			1	X	20%	R\$ 3.000,80	
Ruim			0		10%	R\$ 0,00	
Péssima			0		5%	R\$ 0,00	
Bons			0		12%	R\$ 0,00	
ESTRUTURA	VIDROS ESTOFAMENTOS PAINEL ACESSÓRIOS 12%	Razoáveis	0	X	10%	R\$ 0,00	R\$ 1.200,00
		Ruins	1		6%	R\$ 900,24	
		Péssimos	0		3%	R\$ 0,00	
		Bons	0		3%	R\$ 0,00	
ESTRUTURA	PNEUS 3%	Bons	0		3%	R\$ 0,00	R\$ 800,00
		Ruins	1	X	1%	R\$ 150,04	
VALOR DO VEÍCULO				R\$ 8.102,16		R\$ 10.300,00	



AGREGADO (Acessório)	Valor de Mercado R\$			R\$ 0,00	
DESCRIÇÃO	Bom	0	100%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Razoável	0	50%	R\$ 0,00	
	Ruim	0	25%	R\$ 0,00	
	Péssimo	0	12%	R\$ 0,00	
VALOR AGREGADO				R\$ 0,00	R\$ 0,00


INDICAR DANOS ACIDENTE (Total/Parcial):	T	P		
MECÂNICA:			R\$ 0,00	
ESTRUTURA:			R\$ 0,00	
Depreciação devido a acidente			R\$ 8.102,16	R\$ 10.300,00
TOTAIS				


Preço mínimo para leilão	50,00%	R\$ 4.051,08
Custo recuperação sobre valor de mercado	(%)	68,65%

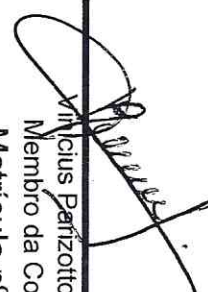
Em razão da situação em que se encontra este veículo, tornando-se antieconômica a sua recuperação, como demonstram os números acima, atestamos a sua inservibilidade.

03/06/14

Local e data

  
Anderson F. Schmidke  
Presidente da Comissão  
matrícula 1918-6

  
Sergio Luiz Dias de Souza  
Membro da Comissão  
matrícula nº 8438

  
Vinicius Parizotto Gustman  
Membro da Comissão  
Matrícula nº 8438

**Mês de referência:** Junho de 2014

**Código FIPE:** 005081-4

**Marca:** VW - Volkswagen

**Modelo:** Kombi Carat

**Ano Modelo:** 2002 Gasolina

**Preço médio:** R\$ 15.004,00



**Data da consulta:** terça-feira, 03 de junho de 2014 15:26



**SECRETARIA DE ESTADO  
DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE**  
**Conselho Estadual dos Direitos da  
Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**



**RESOLUÇÃO CONJUNTA SECJ/CEDCA Nº226/2010**

Define orientações sobre destinação de bens adquiridos com recursos do FIA-estadual na interface com equipamentos e serviços do SUAS, SUS e demais sistemas das políticas públicas da segurança pública, educação e garantia de direitos.

**Considerando que:**

A utilização dos recursos do FIA foi orientada pela lei de criação do fundo e respectiva regulamentação, estando expressa em suas deliberações especificadas a cada ano e ainda a cada linha de financiamento;

Recentemente o CEDCA publicou resolução nº 03/2010, estabelecendo parâmetros gerais para utilização dos recursos do FIA- estadual adotando como base o documento do conanda e procedendo os ajustes necessários para responder a especificidade e particularidade do estado do Paraná que possui um volume significativo de recurso do tesouro estadual vinculado ao FIA;

Historicamente houve uma mescla entre as políticas de garantia de direitos das crianças e adolescentes e assistência social, o que vem sendo melhor clarificado com o surgimento do SUAS e o fortalecimento do SGD- sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes como políticas com objetos e identidades próprias;

Que as políticas de saúde e educação possuem percentual de orçamento fixado, todavia a rede de apoio ao tratamento especializado de crianças e adolescentes dependentes de substâncias psicoativas precisa de incentivo a sua implantação.

As equipes da SECJ, no exercício da fiscalização dos convênios de repasse de recursos do FIA- estadual para os municípios, tem recebido demandas e questionamentos sobre legalidade e viabilidade de redirecionamento dos bens destinados a programas de atendimento direto à crianças e adolescentes para a implantação dos equipamentos de CRAs e CREAS, capi's entre outros.





**SECRETARIA DE ESTADO  
DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE**  
**Conselho Estadual dos Direitos da  
Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**



Faz-se necessário estabelecer alguns critérios normatizadores que orientem este processo de reordenamento da política municipal sem que haja prejuízo do atendimento realizado às crianças e aos adolescentes, nem desvio de finalidade dos recursos do FIA-estadual;

**RESOLVE:**

**art 1º** Reiterar que os recursos do FIA tem caráter suplementar às políticas públicas que compõe a chamada “rede de proteção especial intersetorial”, e serão utilizados no apoio a programas, projetos e ações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, conforme definido em sua legislação de criação; decreto regulamentador; resolução sobre os parâmetros e deliberações específicas do cedca.

parágrafo único: as estruturas básicas das diferentes políticas públicas deverão ser mantidas pelos orçamentos das três esferas de governo, sendo o recurso do FIA utilizado, suplementarmente, para apoiar programas, projetos e ações da “rede de proteção especial intersetorial”, conforme definido nas matrizes da resolução nº 03/2010.

**Art 2º** Estabelecer parâmetros que orientem o redirecionamento de recursos / bens adquiridos com recursos do FIA-estadual de convênios vigentes, bem como daqueles que já tiveram sua vigência encerrada.

**§ 1º** Tal redirecionamento ou reordenamento deverá obedecer os seguintes princípios:

- a) A prioridade absoluta para crianças e adolescentes;
- b) Fidelidade, preservação e garantia do atendimento ao objeto do convênio original mesmo em outro espaço, quando for o caso;
- c) O cumprimento das regras estabelecidas em deliberações específicas quando do repasse;
- d) Os termos do convênio que ensejou o repasse de recursos;
- e) Os requisitos legais quando se tratar de patrimônio;
- f) A racionalidade e razoabilidade da decisão.

**§ 2º** Nenhum recurso ou bem poderá ser redirecionado sem análise e parecer das equipes regionalizadas da SECJ, dos CMDCAS e do CEDCA.

**§ 3º** Em caso de imóvel deverá ser verificada a propriedade do terreno e se houve lei específica explicitando a finalidade da obra. Havendo, não poderá ser modificada, senão por outra lei.

**Art 3º** Toda análise deverá adotar como referência a resolução nº 03/2010 que estabelece os parâmetros do FIA; a resolução nº 369/2008 do CEDCA e SECJ de 24/ 10/ 2008 que orienta a fiscalização dos R\$ do FIA e os termos da presente resolução.

**Art 4º** As solicitações de redirecionamento dos recursos ou de patrimônio deverão





**SECRETARIA DE ESTADO  
DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE**  
**Conselho Estadual dos Direitos da  
Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**



estar fundamentadas de maneira a deixar claro como será preservado o programa/ ação ou atendimento que originou o repasse do recurso, o diagnóstico da realidade, e as vantagens e oportunidades da proposta.

§ 1º Nenhuma proposta será fundamentada em recursos futuros ou possibilidades que ainda não estejam disponíveis no momento, ou seja, as propostas de uso e reordenamento deverão ser feitas com equipamentos concretos e presentes no município no ato da proposição.

§ 2º Deverão ser consideradas as especificidades, necessidades e particulares do atendimento a população infanto-adolescente e a identidade dos programas relativos às medidas protetivas e socioeducativas;

**Art 5º** As propostas que se referem aos recursos do FIA-estadual devem estar orientadas para o atendimento efetivo da população infanto-adolescente e não para o cumprimento de condicionalidades para a implantação do SUAS no município, ou de qualquer propósito específico das demais sistemas.

**Art. 6º** Na análise da proposição deverá ser considerado a diferença entre equipamento (imóvel, prédio) e programa de atendimento (serviço) equipe de trabalho (disponibilidade, funções)

**Art 7º** Serão desaprovadas decisões que reduzam o atendimento em sua quantidade; ou comprometam a qualidade do serviço prestado; ou ainda coloquem os recursos do FIA - Estadual em substituição aos orçamentos públicos nas três esferas em relação ao financiamento continuado das políticas setoriais.

**Art. 8º** Para análise das situações apresentadas deverá ser analisada a “**rede de proteção especial intersetorial**” levando em consideração os anexos estabelecidos na resolução nº 03/2010 dos parâmetros do FIA,” tanto na relação com a intersetorialidade quanto em relação as demandas e tipos de programas.

§ 1º Os bens não poderão ser redirecionados para os CRAS, unidades básicas de saúde, escolas, hospitais, delegacias comuns, entre outros, por tratar-se de equipamentos de atendimento básico das diferentes políticas.

§ 2º Os recursos / bens poderão ser redirecionados se houver atendimento concreto e pleno das situações da maior gravidade para a de menor gravidade ou risco. Ex. Não será possível desativar uma instituição de acolhimento institucional para implantar outro serviço de menor gravidade, ficando as demandas de acolhimento sem atendimento.

§ 3º Fica permitido o redirecionamento, respeitados os requisitos legais e o contido nesta deliberação, de bens adquiridos com recursos do FIA e que irão garantir o atendimento à criança e ao adolescente de **maneira exclusiva**, como por exemplo: creas especializado e exclusivo para atendimento de crianças e adolescentes, capi's infanto-juvenil álcool e drogas, delegacia especializada ao adolescente em conflito com a lei, núcias – núcleos de investigação de crimes contra crianças ...)



**SECRETARIA DE ESTADO  
DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE  
Conselho Estadual dos Direitos da  
Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**



**§ 4º** Nos casos de equipamentos que não garantam o atendimento à criança e ao adolescente de maneira exclusiva, mas sim compartilhada com outros públicos, será possível o apoio ao programa e não a destinação do imóvel, exceto em municípios onde só existe um equipamento com tal finalidade, desde que respeitadas, as seguintes condicionalidades:

- a)** A garantia expressa de não redução de metas de atendimento às crianças e adolescentes;
- b)** A comprovação da manutenção do atendimento anterior, sem prejuízo de número ou qualidade;
- c)** A apresentação de relatório anual de atendimento às Equipes Regionalizadas da SECJ, responsáveis pelo encaminhamento do mesmo ao CEDCA, para reavaliação permanente, e reversão da destinação quando for o caso.
- d)** Fiscalização permanente do CMDCA com compromisso de informar o CEDCA caso haja alguma irregularidade. (sugestão da Ires na Câmara do FIA)

**Art 9º** Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação e permanecerá em vigência até sua substituição ou revogação.

Curitiba, 23 de novembro de 2010.

Thelma Alves de Oliveira

**Presidente**

**Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**

Luciano Antônio Rosa

**Vice-Presidente**

**Conselho Estadual dos Direitos da criança e do Adolescente - CEDCA/PR**



## **RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDS/CEDCA/PR Nº 369/2008**

Define Normas para Acompanhamento e  
Fiscalização da Aplicação dos Recursos do FIA/PR.

**A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e o  
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR,**

Considerando:

- A importância de garantir a aplicação dos recursos do FIA - Fundo Estadual para a Infância e Adolescência em programas específicos de atendimento à criança e adolescente, em conformidade com os objetos dos convênios firmados com municípios e sociedade civil;
- A necessidade de garantir resultados que concretizem direitos da infância e adolescência, bem como a efetividade dos programas financiados com recursos do FIA/PR;
- A necessidade de normatizar ações de acompanhamento e fiscalização da utilização dos recursos do FIA/PR, oferecendo elementos para os técnicos da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS que exercem essa função, e também aos municípios e organizações não governamentais que executam os projetos e programas;
- O disposto no art. 135 da Lei Estadual nº 15.608, de 16/08/2007;
- As normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

### **RESOLVEM**

**Art. 1º.** Estabelecer as regras para as ações de acompanhamento e fiscalização, bem como para emissão de Termos de Objetivos Atingidos e Termo de Instalação e Funcionamento de Equipamentos, dos convênios firmados para repasse de recursos do FIA/PR.

**Parágrafo Único.** Cabe às Equipes Regionalizadas da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, a execução das ações mencionadas no *caput* deste artigo, com o apoio dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e Conselhos Tutelares.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 2º.** As Equipes Regionalizadas farão o acompanhamento dos Programas/Projetos financiados com recursos do FIA/PR, de forma sistemática, conforme cronograma de execução do objeto estabelecido no convênio.

**§1º.** A documentação utilizada para o monitoramento e avaliação dos programas/projetos a serem fiscalizados serão: o termo de convênio assinado pelos partícipes, o projeto técnico e o respectivo plano de aplicação dos recursos.

**§2º.** Para facilitar a atividade de monitoramento, a equipe da SEDS deverá ter acesso, a qualquer momento, às instalações, registros e a todo tipo de documentos relacionados ao objeto do programa/projeto financiados com recursos do FIA/PR.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**§3º.** As visitas das Equipes Regionalizadas aos municípios e entidades serão acompanhadas de um (01) membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e um (01) do Conselho Tutelar.

**§4º.** Em caso de dúvida em relação ao cumprimento do objeto do convênio, o Município ou Entidade deverá solicitar a presença do técnico da SEDS para a verificação.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 3º.** O Termo de Objetivos Atingidos e/ou de Instalação e Funcionamento de Equipamentos obedecerá o modelo anexo a esta Resolução e deverá ser solicitado pelos convenientes com antecedência mínima de trinta (30) dias à data de sua emissão.

**§1º.** O Termo de Objetivos Atingidos e ou de Instalação e Funcionamento de Equipamentos somente será emitido quando da verificação do pleno cumprimento do objeto do convênio.

**§2º.** O Termo de Objetivo Parcial será emitido durante a execução do objeto, ou quando da extinção, denúncia ou rescisão do Convênio sem o cumprimento total do objeto.

**§3º.** Após o encerramento da vigência dos Termos de Convênios, os municípios e entidades, têm o prazo de trinta (30) dias para prestar contas no Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos recursos recebidos, dentro deste prazo deverão também solicitar a emissão do Termo de Objetivos Atingidos às Equipes Regionalizadas da SEDS.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 4º.** A fiscalização da execução de obra caberá aos escritórios Regionais da Paraná Edificações, que emitirá os Relatórios de Vistoria de Obras - RVO; Termo de Recebimento Provisório e Definitivo, cabendo as Equipes Regionalizadas da SEDS, a emissão do Termo de Objetivos Atingidos, quando da conclusão da obra, embasados na documentação emitida pela Paraná Edificações.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 5º.** A qualquer momento, mesmo após a emissão do Termo de Objetivos Atingidos, quando observado o redirecionamento irregular de bens adquiridos com recursos do FIA/PR, para outro programa com finalidade distinta da do termo de convênio, o município ou entidade receberá notificação emitida pelos técnicos da SEDS, com cópia para os CMDCA's, para que proceda, num determinado prazo, o retorno dos bens ao programa que originou o convênio.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**§1º.** Nos casos dos programas/projetos dos municípios e entidades serem extintos ou de encerramento das atividades da entidade, os CMDCA's deverão apresentar ao CEDCA/PR, por intermédio das Equipes Regionalizadas da SEDS, proposta de redirecionamento dos bens adquiridos com recursos do FIA/PR. Tal redirecionamento só deverá ser efetuado após avaliação da equipe regionalizada da SEDS e aprovação do CEDCA/PR.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**§2º.** Os critérios para o redirecionamento de bens adquiridos com recursos do FIA/PR estão previstos na Resolução Conjunta nº 226/2010.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**§3º.** No caso de descumprimento, a Equipe Regionalizada da SEDS comunicará o fato ao CEDCA/PR, que acionará o Ministério Público para as providências cabíveis.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 6º.** Os bens adquiridos com recursos do FIA/PR consistem em patrimônio público e em hipótese alguma deverão ser utilizados para fins particulares, podendo ser caracterizado como ato de improbidade administrativa, de acordo com o disposto no art. 9º. inc. IV da Lei nº. 8.429/92.



§1º. Nos Equipamentos e Materiais Permanentes adquiridos com o recursos do FIA/PR, os municípios e entidades devem fixar PLAQUETAS DE PATRIMÔNIO com a seguinte identificação: **SEDS/CEDCA/FIA-PR - Convênio nº xx/xx.**

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

§2º. Nos Veículos adquiridos com o recursos do FIA/PR, os municípios e entidades devem plotar em suas portas laterais a seguinte identificação: **Veículo adquirido com recursos da SEDS/CEDCA/FIA-PR.**

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

§3º. Os bens patrimoniais adquiridos com recursos do FIA/PR passarão a incorporar o patrimônio do Conveniente, permanecendo sob a égide do regime jurídico de direito público, e deverão permanecer no atendimento exclusivo para a criança e o adolescente, mesmo após a emissão do Termo de Objetivos Atingidos, do Termo de Instalação e Funcionamento de Equipamentos e a devida aprovação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 7º.** Os bens patrimoniais (veículos e equipamentos/material permanente) adquiridos pelos municípios com recursos do FIA/PR, quando se tornarem inservíveis ou desnecessários, poderão ser alienados ou simplesmente descartados por ser inviável o conserto e não estando em condições de ser alienados, desde que se declare a sua inservibilidade ou a desnecessidade dos mesmos.

§1º. A declaração de inservibilidade e/ou desnecessidade, que é o documento obrigatório para a devida baixa patrimonial, só poderá ser emitida por Comissão de Inservibilidade e/ou Desnecessidade, autorizada pelo Administrador Público.

§2º. O bens patrimoniais declarados inservíveis e/ou desnecessários pelos municípios, que se encontrarem em condições de serem alienados, terão o seu resultado revertido na aquisição de outro bem, voltado ao atendimento exclusivo da criança e do adolescente, após a aprovação do CMDCA e do CEDCA, sendo que a referida alienação somente poderá ser efetivada por Leilão Público.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

§3º. Os bens patrimoniais (veículos e equipamentos/material permanente) adquiridos por Entidades não se obrigam a cumprir a mesma regra aplicada aos municípios, no que tange ao

Leilão Público, mas aqueles que puderem ser alienados, terão o seu resultado revertido na aquisição de outro bem, voltado ao atendimento exclusivo da criança e do adolescente, após a aprovação do CMDCA e do CEDCA .

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**§4º.** Os bens declarados inservíveis ou desnecessários, tanto para os municípios quanto para as entidades, que não puderem ser objeto de alienação face a sua depreciação em razão do uso ou do estado de conservação terão registradas a referida baixa patrimonial, que deverá ser informada ao CMDCA e ao CEDCA/PR.

*Alterada pela Deliberação nº 134/2013 CEDCA/PR*

**Art. 8º.** Os casos omissos serão encaminhados para as Equipes Regionalizadas da SEDS, que emitirão parecer técnico sobre o caso e remeterão ao CEDCA/PR para análise.

**Art. 9º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE**

**Curitiba, 29 de novembro de 2013.**

Édina Maria Silva de Paula  
**Presidente do Conselho Estadual dos  
Direitos da Criança e do Adolescente**



## RESOLUÇÃO Nº 025 de 15 de outubro de 2014 – CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº Lei Nº710/94, alterada pela lei nº 1.308/2005 e lei nº 1.690/2007, em Sessão Plenária Ordinária do dia 15 de outubro de 2014.

**Considerando:** Resolução Conjunta SECJ/CEDCA Nº226/2010 que define orientações sobre destinação de bens adquiridos com recursos do FIA-Estadual na interface com equipamentos e serviços do SUAS e demais sistemas das políticas públicas da segurança pública, educação e garantia de direitos.

### RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar por unanimidade a venda por meio de leilão público do veículo VW/Kombi, identificação patrimonial nº128 – placa AKR4614, adquirido com recursos do FIA/Pr, para uso do Conselho Tutelar, com base no laudo da Comissão Municipal de Avaliação Patrimonial, nomeada pelo Decreto nº844/2012, que considerou o veículo inservível e avaliou o bem em R\$ 4.051,08 (quatro mil e cinquenta e um reais e oito centavos).

Art. 2º - O recurso da venda do veículo será revertido em sua totalidade para a aquisição de equipamentos para o Conselho Tutelar.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Castro, 15 de outubro de 2014.

  
**ADRIANO ROBERTO DOS SANTOS**  
Presidente do Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e do Adolescente